

A transição, o social e o fiscal

» BENITO SALOMÃO

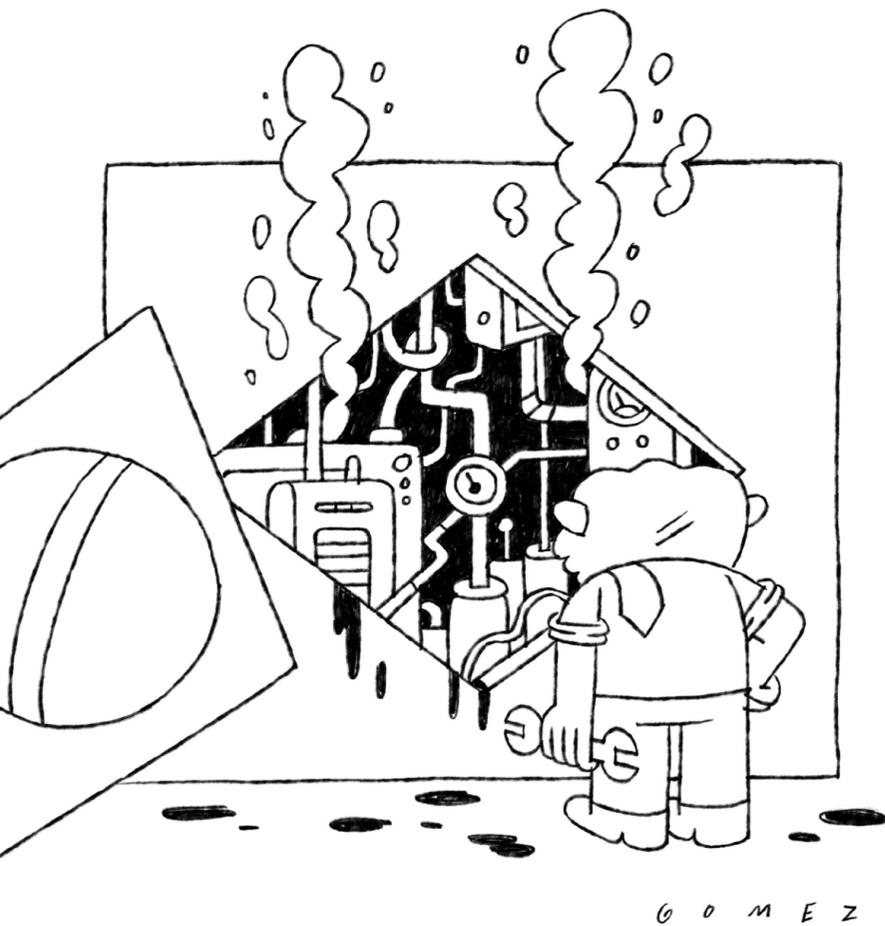
Doutor em economia pelo PPGE/Universidade Federal de Uberlândia (MG)

Diante da transição em curso, o governo eleito sinaliza suas prioridades, deixando claro, no meu entendimento de forma acertada, que vai recuperar a agenda social abandonada na última década. O Brasil empobreceu nos últimos anos e as camadas posicionadas na base do estrato social sofrem mais com isso, por vias de privações de itens básicos de cidadania como alimentação e vestuário. Portanto, a agenda de readequar o Bolsa Família aos seus critérios originais de focalização e contrapartidas, somado ao fortalecimento do salário mínimo, são extremamente bem-vindas. Outras pautas, igualmente importantes, como a recuperação da ciência e tecnologia deveriam estar entre essas prioridades.

A agenda social de Lula, no entanto, passa por um desafio não trivial. Seus programas exigem recursos públicos escassos e vão, certamente, ser confrontados em algum período com a restrição fiscal do Estado. De forma que o problema que a equipe de transição enfrenta não é puramente o de redesenhar políticas públicas a fim de torná-las mais progressivas, mas sim de fazer isso respeitando a sustentabilidade fiscal de longo prazo.

A boa notícia é que essas pautas não são inconciliáveis se bem desenhadas e anunciadas adequadamente ao público. O Auxílio Brasil, tal qual foi concebido pelo governo atual, tinha problemas de focalização, isso tornava o programa relativamente caro e pouco efetivo no seu objetivo principal de mitigar a pobreza. O salário mínimo, por sua vez, indexa um conjunto relevante de rubricas do orçamento, como, por exemplo, a previdência social. Acharar em termos reais o salário mínimo nos últimos anos foi uma estratégia de segurar o crescimento compulsório das despesas públicas, particularmente as obrigatórias. Evidentemente que o repesamento do salário mínimo é uma tentativa injusta de jogar o custo do ajuste fiscal nos ombros dos pobres.

O governo eleito caminha para corrigir tais injustiças. Via de regra, governos que entram herdam peças orçamentárias elaboradas pelos governos que saem. Desta vez está sendo diferente, a equipe de transição está articulando diretamente com a relatoria do orçamento no Congresso, o espaço fiscal para incluir sua pauta social. Até o presente momento, dois erros (corrigíveis a partir do momento que os coordenadores de grupos temáticos são conhecidos) podem ser apontados.



Primeiro, tentar encaminhar por via de emenda à Constituição (PEC) sua pauta social para 2023. A política fiscal brasileira está viciada em PECs, criam-se PECs para limitar gastos e depois cria-se PECs para burlar tais limites em conformidade com a lei. Vale lembrar, ainda, um elemento conjuntural. Este é um governo cuja maioria no Congresso é frágil, os partidos puramente de esquerda representam apenas 27% da bancada na Câmara e a lealdade dos partidos de centro que comporão a base muda de acordo com o humor das ruas. Portanto, quanto menos assuntos o governo conseguir tratar sem precisar formar maiorias qualificadas no Congresso, melhor.

Em segundo lugar, o governo sinaliza a acomodação de demandas sociais, mas não sinaliza na mesma magnitude a preocupação com o problema fiscal, que existe. O Brasil está em déficit primário desde 2014 e, a depender do tamanho do pacote social incorporado no orçamento de 2023, pode ter um déficit primário elevado naquele exercício. Isso não é problema se o governo for capaz de acomodar expectativas. Porém, só pode ser feito por via de um compromisso fiscal,

ou seja, uma regra formal na qual o governo se comprometa com metas fiscais realistas a partir de 2024.

Vale ressaltar que a sustentabilidade fiscal é um problema de otimização dinâmica cujos agentes formam expectativas acerca do comportamento futuro esperado de um conjunto amplo de agregados. Neste arcabouço teórico, gastos públicos adicionais (independentemente do mérito) podem sugerir impostos, juros e inflação mais altos no futuro, reduzindo a renda permanente dos indivíduos. Dado que expectativas são fenômenos psicológicos profundamente subjetivos, o oposto também pode acontecer. Elevações de gastos públicos podem sugerir expansão da renda futura, com redução dos juros e preços.

Tão importante quanto a criação do colchão social no orçamento de 2023 é administrar tais expectativas visando conduzi-las para o segundo cenário. Para isso o governo eleito deve sinalizar, já na transição, uma regra fiscal que discipline o gasto público, particularmente o obrigatório, a fim de ganhar a confiança dos agentes, preservando o país de desequilíbrios macroeconômicos a médio prazo.

Imunidade parlamentar: para quê?

» RENATO PEREIRA
Doutor em ciência política» ANDRÉ REHBEIN SATHLER
Doutor em filosofia

Na segunda-feira passada (7/11), a Assembleia Nacional da França puniu o deputado Grégoire de Fournas, do Rassemblement National, que deverá ficar sem receber subsídios por dois meses além de estar proibido de ir à assembleia durante 15 dias. A falta cometida pelo parlamentar foi dizer, ao se referir a imigrantes: “Deixe-os voltar para a África”. Uma manifestação claramente racista. A líder de extrema-direita naquele país, Marine Le Pen, questionou a decisão, alegando que o deputado era julgado por seus adversários políticos por conta de suas ideias políticas.

Encontramos aqui um ponto pivotal a rondar as sociedades democráticas da atualidade: como lidar com conflitos entre princípios? No caso em tela, há o princípio da liberdade de expressão, fortalecido ainda pelo caso especial da condição de parlamentar, em contraponto ao princípio da igualdade de todos, na dimensão da não discriminação.

Quando há conflitos axiológicos, a decisão passa pela noção de valor: qual princípio vale mais? Em que se pese o alto grau de subjetividade da questão, sua resposta é possível. A liberdade de expressão está amparada na democracia e na condição de igualdade política formal entre todos. Portanto, vale mais o princípio que fundamenta o outro. Em outras palavras, tire a democracia e não haverá liberdade de expressão; tire a liberdade de expressão e ainda poderá haver democracia, ainda que degradada.

Vale aqui ainda lembrar da origem da imunidade parlamentar. Nas monarquias absolutas, a oposição ao rei era traição, punível com a morte. Perante reis fracos e carentes de legitimidade, constituiu-se, enfim, a Oposição de Sua Majestade. Esse foi um padrão comum no sistema político britânico — sucessões disputadas, com quebras na linha sucessória, muitas vezes causadas pela remoção violenta do ocupante do trono, faziam com que o rei tivesse que buscar legitimidade. O rei fazia juramentos (a própria Magna Carta é um juramento real), afirmava a validade de precedentes e cedia.

Assim foi com a imunidade parlamentar. Primeiro, o Parlamento adotou o costume de indicar um porta-voz, o speaker (até hoje o presidente da House of Commons na Grã-Bretanha é chamado de speaker). Depois de alguns speakers presos ou mortos, começou-se a afirmar que o speaker não deveria ser preso ou morto por suas palavras. Com o tempo, o direito passou a ser reivindicado para todos os membros do Parlamento.

Fica clara a dimensão originária da proteção da imunidade parlamentar: possibilitar a existência de opiniões diversas e que essas se manifestassem livremente no Parlamento. Somente dessa forma o Parlamento poderia vir a ocupar o seu espaço nas sociedades democráticas modernas, como chão comum a todos os interesses existentes. Em outras palavras, o parlamento propicia uma linguagem nova para a manifestação e tratamento do conflito, que é inerente a todas as sociedades.

Essa proteção, entretanto, nunca foi imaginada como prerrogativa para a agressão gratuita, nem para o ataque ao próprio sistema democrático. Como argumentado, a democracia deve ser o princípio superior, sempre.

“Soldados Cidadãos” em uma nova roupagem

» OTÁVIO SANTANA DO RÉGO BARROS
General de Divisão da Reserva

É momento de humildade franciscana: onde houver discórdia que eu leve a união. Parece existir um fantasma que assombra o país vestido em um suposto intervencionismo militar. O papel dos militares e a compreensão da sociedade desse papel passa por ele deixar de ser um tema adstrito ao campo militar ou ao civil para se tornar bandeira nacional, de todos. E essas discussões precisam esclarecer definitivamente a intenção do comandante — os constituintes — ao redigir a missão proposta no Art. 142 da CF/88. Sobre este tema, recomendo o livro organizado pelo professor Marcelo Porciúncula, *A competência das Forças Armadas Segundo o Artigo 142 da Constituição Federal de 1988* (Editora Marcial Pons, 2022), no qual diversos juristas e pensadores põem luz sobre as divergências conceituais e políticas. Muitas coisas contribuíram para esta situação de incerteza sobre o papel das Forças Armadas no cenário atual.

Boa parte delas se deve à combinação de um sistema partidário fragmentado, de uma elite civil des preocupada e de uma sociedade alheia às missões de seus soldados. No século 19, Rui Barbosa cunhou a expressão “Soldados Cidadãos” para defender a ideia de que aos cidadãos fardados não se podia negar o direito de participar da vida política. O Zeitgeist — espírito do tempo — contemporâneo atualizou e transformou essa ideia distinguindo política partidária de política institucional.

Passado mais de século, essa participação deve ser liderada exclusivamente pelos oficiais gerais da

ativa, pertencentes ao alto comando de cada um das Forças Armadas, valendo-se da política como instrumento de ação em prol da organização, do aparelhamento e dos recursos orçamentário que colaborem para o cumprimento das missões legais. A política partidária, que corrói a unidade, a hierarquia e a disciplina dos homens e mulheres das armas, que fique além dos muros dos quartéis.

O professor Murilo de Carvalho salientou, em sua obra *Forças Armadas e Política no Brasil*, que se a sociedade brasileira aspira a uma transição da categoria dos “desordeiros” para membro do clube dos desenvolvidos, e se ela precisa para tal conviver com as Forças Armadas, será preciso diálogo responsável e generoso que integre o soldado na sociedade e ponha um fim à sua secular orfandade.

As Forças Armadas, por conseguinte, não poderão servir como instituição parteira de uma nova ordem política e social em nosso país, mas aguardarão o respeito no limite da dignidade e profissionalismo que se espera do povo em relação àqueles que lhes protege e defende suas liberdades.

A construção dessa sinergia entre a sociedade civil e as Forças Armadas deverá passar por um esforço da institucionalidade de todos os agentes e instrumentos do poder. Igualmente, que é a esquerda aprenda a debater as questões militares fugindo dos discursos abstratos. Que a direita deixe de assumir a única detentora dos ideais patrióticos da nação brasileira.

Que o comandante em chefe se imponha o papel

litúrgico de definidor da política militar consoante com as necessidades do Estado brasileiro. Que o legislativo assuma o seu papel de vedeta do orçamento militar com discussões efetivas sobre o seu emprego. Que a sociedade seja estimulada a conhecer melhor o trabalho de seus militares. Que os militares carreguem em seus alforjes a missão maior que é defender a pátria.

É importante que as Forças Armadas se sintam não só obrigadas pelas normas da Constituição em termos de deveres, mas também se sintam alcançadas em termos de direitos de proteção e de abrangência pelos seus pares civis. Há duas semanas concluímos o processo eleitoral com a escolha de um novo presidente. O envolvimento de militares no jogo político foi, por diversas vezes, citado ao longo da campanha.

Eis a oportunidade de reconhecer e valorizar as Forças Armadas, colocando em discussão, de forma serena e longe das emoções pretéritas, o seu emprego operacional, seu papel perante o Estado brasileiro e a sociedade civil, e, principalmente, as modernas relações de subordinação que devem ficar às claras para todos os atores. De dignificar as relações civis militares.

Não estamos presos na armadilha da incompreensão e da discórdia que pode afetar a razão na análise da conjuntura interna e externa do país. Como sociedade, amadurecemos o suficiente para sabermos o limite de uma insensatez política e dela nos afastarmos. Lembremos mais uma vez a oração de São Francisco. Paz e bem!